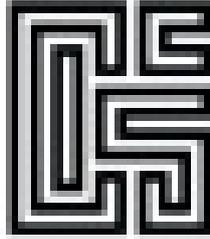


**CISC**



**CENTRO INTERDISCIPLINAR DE  
SEMIÓTICA DA CULTURA E DA MÍDIA**

**A SOCIEDADE ALFANUMÉRICA**

**Vilém Flusser**

*traduzido do espanhol por Milton Pelegrini*



**A SOCIEDADE ALFANUMÉRICA****Vilém Flusser***\*traduzido do espanhol por Milton Pelegrini*

O tema “ler” pode ser entendido em um sentido amplo e em um sentido restrito. Em um sentido amplo significa o deciframento de signos escritos, em geral, e em um sentido restrito o deciframento das vinte e seis letras do nosso alfabeto. Trata-se aqui de um encontro da Academia Alemã da Língua e da Poesia em cujo centro está o falar. Nossos alfabetos são códigos que têm como propósito tornar visível o falar: as letras são desenhos cujos tons (sons) recodificam a linguagem falada até o visual. Por conseguinte, aqui se devia refletir sobre o conceito “ler” em um sentido restrito. Não fosse assim não daríamos conta precisamente da atual situação da cultura. Nossa situação se caracteriza em que ainda não irrompeu nela o fato ser consciente de que as letras estão perdendo sua função. Existem atualmente métodos mais funcionais para tornar visível os sons falados e, também, métodos que em geral tornam superficial este tornar visível.

A primeira pergunta deveria ser: como foi que se introduziram signos visuais para os sons falados? De fato, não é fácil perceber, a primeira vista, porque alguém não se conforma com os signos, os que significam eles mesmos o pensamento, isto é, com os “ideogramas” em vez de desviar-se por meio do pensamento falado, como é o caso com as letras. Uma resposta possível a esta pergunta dirá que, nós, os homens, temos a misteriosa capacidade de transmitir às gerações vindouras não apenas informações herdadas mas também informações adquiridas. Esta capacidade se encontra em contradição com nossa condição biológica (com as leis de Mendel). Somos capazes de codificar as informações adquiridas em símbolos, de transferir estes

símbolos ao entorno, e utilizá-los novamente, a partir daí. De fato, com o objeto de superar esta condição biológica nos servimos de órgãos biológicos que nos foram dados, sobretudo na extraordinária e complexa boca e das não menos complexas mãos. Este feito, que nós sejamos biologicamente capazes de ultrapassar nossa condição biológica, não contribui para tornar a coisa menos misteriosa.

Desde que existem humanos (e certamente muito tempo antes da aparição de nossa própria espécie humana), a boca e as mãos foram empregadas para transmitir símbolos para o entorno. Graças à coordenação da língua, dos dentes, dos lábios, do paladar e da caixa torácica, o ar foi transformado em vibrações e estas vibrações se transformaram em fonemas para significar informações adquiridas: se falou. E graças à coordenação de ambas as mãos e de seus dedos, os objetos duros foram transformados (“informados”) (sobretudo pedras, ossos e madeiras) para significar as informações adquiridas. As informações transmitidas pelo ar podem ser denominadas “cultura oral” e as transmitidas pelos objetos duros “cultura material”. Trata-se de dois suportes diferentes da memória. O ar tem a vantagem de não oferecer nenhuma resistência às impressões das informações, mas para isto há a desvantagem de estar aberto aos ruídos, e devido a eles, de perder rapidamente as informações impressas nele. Os objetos duros têm a vantagem de preservar as informações por grandes espaços de tempo, para eles há a desvantagem de oferecer resistência ao impresso e por causa disso distorcem as informações. A cultura oral é mais articulada do que a material, mas é fugidia e a material é mais duradoura do que a oral, mas menos transportável. O alfabeto foi inventado para vincular as vantagens de ambas as culturas e para minimizar suas respectivas desvantagens. A biblioteca é um suporte da memória, que é pelo menos, como articulação, igual à cultura oral, e igual como durabilidade como a material. Não resta dúvida que na atualidade dispomos de suportes de memória que são mais amplamente articulados e duradouros que as bibliotecas.

A maior parte das informações que estavam contidas na cultura oral nós formos perdendo. As disciplinas que se ocupam com sua investigação apenas chegam à

Idade do Bronze e não temos nenhuma idéia de como falavam nossos antepassados paleolíticos. Todas as línguas que estão ao nosso alcance são códigos tardios, complexos e refinados (também, e sobretudo, as chamadas línguas “primitivas” ). Dito grosseiramente, podemos distinguir três estruturas fundamentais dos códigos linguísticos: as línguas aglutinantes, as isolantes e as flexionadas. Enfim, mesmo que pudesse ter havido uma língua arcaica comum e se é que no começo existiu uma, é algo que não podemos saber. O alfabeto foi introduzido na região das línguas flexionadas e seu uso foi um incômodo até hoje para outros tipos de linguagem. As línguas flexionadas (isto é, as hamito-semíticas e as indo-européias) formam enunciados (proposições, “frases”), e certamente, segundo o esquema “sujeito-verbo-predicado”, e para isso usam palavras que se adequaram à estrutura da frase (por exemplo, onde foram convertidas em substantivos ou em verbos). As palavras “flexionam-se” para configurar proposições. As línguas aglutinantes juntam as palavras, umas com as outras, mediante prefixos, infixos e sufixos, para formar conglomerados de significação. As línguas isolantes dispõem de sílabas (duas vezes) em contextos e estes mosaicos carregam o significado. Isto significa que as línguas flexionadas codificam as informações em processos, as aglutinantes em figuras e as isolantes em cenários. A distinção é muito grosseira porque as línguas são sistemas abertos que interagem. Existem também na região da nossa tipologia linguística tendências aglutinantes e isolantes (por exemplo, de um lado, “sociedade viajante do Danúbio “Donaudampfschiffahrtsgesellschaft” e, de outro, “put”, “get” ou “let”) e não obstante, o caráter discursivo e fundamentalmente processual da nossa tipologia linguística é decisivo para a invenção do alfabeto: deve acentuar e disciplinar esse caráter.

As letras não só tornam visíveis os fonemas, mas também os ordenam também em filas (linhas). A mão que escreve tem que esticar-se ao longo das linhas e o olho do leitor tem que segui-las. O modelo para isso é o sulco: a mão que escreve grava o sulco do plantio da semente, e o olho do leitor seleciona o grão maduro. Daí que “escrever” (scribere, graphein) significa originariamente “rasgar, gravar” e “ler” (legere, legein) signifiquem originariamente “selecionar”. Isto significa que tanto o pensamento

escrito como o lido estão obrigados a avançar de um modo processual e linear. Este ordenamento linear tem sido formulado sempre de um modo preciso, segue sempre regras muito mais elaboradas. Se estas regras estão extraordinariamente ramificadas podem ser concebidas sob o nome coletivo de ortografia, dentro da qual são incluídas a gramática, a lógica e a consistência do discurso. Daí que se pode dizer que o alfabeto foi introduzido para disciplinar o pensamento processual e para poder falar, na verdade, recém “corretamente”. Assim, as línguas flexionadas puderam desenvolver as possibilidades que se colocava nelas, primeiramente, como línguas escritas.

Esta é uma explicação bem radical da invenção do alfabeto. Diz que: o alfabeto tem representado um grande desvio que vai desde o pensar até a escritura através da linguagem., forçando o pensamento a transformar-se em um discurso processual, progressivo e disciplinado. Atualizando a tendência presente somente nas línguas flexionadas como ocasião para uma consciência histórica. Graças a invenção do alfabeto que a história em seu sentido próprio se torna possível e, de fato, não porque o alfabeto registre os eventos, senão porque antes não era possível pensar nenhum evento a não ser como acontecimentos. Em razão desta explicação apenas aqueles que são capazes de dominar o alfabeto dispõem de uma consciência histórica. Isto é radical, pois esta interpretação não apenas priva de consciência histórica os analfabetos, senão todas as culturas não alfabetizadas. Em lugar disso, aos analfabetos se permitem outras maneiras de consciência para nós inadmissíveis. Desta interpretação radical do alfabeto saem as seguintes reflexões, se é que se pode colocar em relevo, também, que estamos a ponto de abandonar a consciência histórica (digamos, a leitura, no estrito senso desta palavra).

Desde o início da história e no transcurso de grande parte dela, o alfabeto esteve reservado para uma elite. Configurou um código secreto e só aqueles que estivessem iniciados nele dispunham de uma consciência histórica. A maior parte da sociedade seguiu-se orientando, no mundo, mediante objetos duros, sobretudo, mediante imagens e graças à linguagem falada. Isso significa que grande parte da sociedade civil vivia em

uma consciência mítica e mágica. Seria um erro supor que a história tenha sido uma matéria exclusiva da elite e que a grande maioria da sociedade civil não a tenha percebido. Houve certamente entre a elite e a massa (entre os textos elitistas e as imagens e lendas populares) um feedback muito ativo, graças ao qual o pensamento histórico agregava elementos míticos e mágicos, e o pensamento mítico-mágico sempre se foi convertendo em histórico. Neste feedback, nesta “dialética interna” da sociedade, se pode reconhecer justamente a dinâmica que implusiona a história. Enquanto os textos explicavam progressivamente as imagens (as recodificavam em linhas alfabéticas), as imagens iam invadindo vez por outra os textos que elas “explicavam”, para “ilustrá-los”. Deste modo, o pensamento conceitual alfabético foi ficando mais imaginativo e o de imagens, sempre mais conceitual. Isso pode ser reconhecido claramente, e em particular, ao final desta parte da história, isto é, na Idade Média: a elite alfabetizada (a Igreja) se orientou efetivamente por meio de textos lineares (sobretudo da Bíblia e de Aristóteles) e por isso pensou historicamente (no sentido de uma história sagrada), mas as imagens e os mitos se lançavam constantemente em sua consciência e tinham que ser incorporados em um pensamento textual (por exemplo: como iluminações ou vitrais). E a massa dos analfabetos se orientou, por certo, por meio das imagens, mitos e rituais mágicos (digamos festas e bailes), mas a história sagrada ficou gravada cada vez mais fundo em sua consciência, de modo que as imagens, os mitos e as festas fizeram-se cada vez mais históricas, conceituais e “cristãs”.

Entretanto, o alfabeto não é nenhum código “puro”, leva sempre com ele ideogramas. O pensamento dos escribas, dos “literatti” (hoje em dia diríamos: dos intelectuais) não é unicamente processual histórico, mas também calculador, formal, e esta contradição interna na consciência da elite não tem sido, de fato, jamais, superada. Dito em outras palavras: nossa sociedade não foi codificada puramente de modo alfabético mas alfanumericamente.

As primeiras peças de escrita que foram conservadas (em argila) mostram formas que representam pensamentos e sons. O importante é o tipo de destes pensamentos:

trata-se de quantificações. Tomemos um exemplo particularmente típico: quando ocorreu a mudança do paleolítico para o neolítico, ou seja, da vida caçadora e coletora para a de plantadores e criadores, e os grupos se assentaram nas margens dos rios, surgiu o problema de regular o curso dos rios para evitar inundações dos campos, mas também para canalizar a irrigação das plantas. Dito brevemente, a questão da canalização foi de importância vital. Demonstrou-se que não era factível usar o barro sem um plano (ou deixar que os escravos o fizessem). Era muito mais pertinente subir em uma colina (como subir no monte de lixo da cozinha) e observar daí a situação. Deste ponto de observação elevado foram traçados projetos para futuras instalações de irrigação. Nestes projetos se tratam de figuras que foram desenhadas sobre ladrilhos de barro. Não eram réplicas de fenômenos já vistos, como era o caso de todas as imagens anteriores. Eram imagens de conceitos (ideogramas), e os conceitos se referiam a “fenômenos” possíveis, a fenômenos ainda não realizados (canais por escavar). As pessoas que haviam inscrito estes projetos no barro, estes primeiros geômetras, pensaram formalmente, formularam pensamentos: foram os primeiros intelectuais. E como foram eles que prescreveram à sociedade um tipo de conduta (oferecendo modelos para construções de canais), representam a primeira forma de um governo “racional”. Este pensamento formal codificado em figuras como retas, círculos e triângulos andou sempre de mãos dadas com o pensamento codificado em forma de processos e discursivo da elite alfabetizada. No código alfabético se encontraram sempre signos de escritura, os que articulavam esta maneira quantificadora de pensar. Num sentido amplo poderíamos chamar estes ideogramas “números”, porque fazem referência a conceitos com os quais é possível medir fenômenos; por isso que se pode falar de um código alfanumérico.

Embora a invenção do alfabeto tenha dado vida à consciência histórica e ainda que esta consciência se confrontasse com aquela consciência mítico-mágica que a precedeu, ela não chegou nunca a ser uma consciência puramente processual. Sempre teve elementos formais e matemáticos nela, fato que mostra que a escritura alfabética sempre teve que incluir também os números. Só que agora o pensamento processual e formal não chegam a se unir de um modo estrutural, um com o outro. Como é observável

na leitura dos textos alfanuméricos: na leitura literal os olhos vão seguindo a uma linha, enquanto que, na leitura de figuras geométricas ou aritméticas os olhos se movem de um modo circular. As figuras geométricas e os algoritmos configuram ilhas nas correntes das letras, são interrupções do discurso. Esta dialética interna na consciência da elite alfabetizada se expressa desde tempos remotos como na disputa entre Heráclito e Parmênides: para o primeiro o homem flui e para o outro o ser é imóvel.

Com a invenção da imprensa o alfabeto se difundiu entre os cidadãos e, pouco depois, com a introdução da alfabetização obrigatória, o alfabeto se transformou em um código disponível para todos, presente em toda a sociedade. Hoje em dia estamos afogados em uma maré crescente de coisas escritas impressas de um modo cada vez mais barato e insignificante. A consciência histórica tornou-se desvalorizada em um certo sentido pela inflação, qualquer um pode ler letras. Desta forma, portanto, não se conseguiu retirar do mundo a consciência mítica-mágica, ela foi apenas reprimida e ameaça sempre irromper de forma desenfreada. O passado mais recente o demonstra. Não obstante, com esta democratização ambivalente da capacidade de leitura colocou-se em marcha uma mudança na consciência (e na estrutura da sociedade) que é muito mais interessante.

O Renascimento pode ser considerado como uma revolução dos habitantes da cidade (de artesãos e dos comerciantes) diante da elite alfabetizadora (diante do bispo). Alguém poderia explicar esta revolução a partir do mercado. Antes o bispo saía da catedral todas as manhãs para a praça do mercado, para criticar as mercadorias que estavam expostas usando textos (como a Bíblia) e para estabelecer seu “correto” valor de troca (*praecium iustum*). Depois o mercado se tornou “livre”, o que significa que os valores de troca se regulavam a partir deles mesmos, de uma forma cibernética, por exemplo, segundo a oferta e a demanda. Do ponto de vista do bispo os objetos artesanais que haviam sido colocados no mercado, como os sapatos ou vasilhas, eram mais ou menos coisas perfeitas das idéias eternamente invariáveis (algo como o ideal de sapato e o de vasilha), e seu valor era o grau de perfeição que estas cópias

alcançassem. Entretanto, do ponto de vista do artesão estas mercadorias foram configuradas segundo as idéias do produtor e as formas poderiam ser melhoradas. Daí o fato dos artesãos negarem a autoridade do bispo (e com ele a Igreja em geral) para criticar os produtos que haviam sido colocados no mercado. Esta distinção na atitude diante das idéias (as formas) é a verdadeira raiz da Época Moderna, a modernidade.

Para a consciência escritural, tanto para a clássica quanto para a cristã, há um texto transcendente que podemos ler, e conforme o qual temos que nos conduzir. Neste texto se conservaram sem modificação todas as informações (formas, idéias), e podemos graças a teoria, e/ou à crença, contemplar este texto lendo-o. (Isto é mais claro no Islam: o escrito, maqtup pode ser lido e o Alcorão é a chave para decifrar o texto, o destino). Entretanto, para os artesãos revolucionários as informações se configuram no transcurso geralmente da práxis: o trabalho é a fonte de todos os conhecimentos, vivências e valores. O como deve ser uma vasilha não é algo que deva ser lido em qualquer parte, mas que se resulta de quando se usa a argila na mão e a trabalha. E quanto mais vasilhas se façam ao longo do tempo, tanto melhor se poderá estabelecer como elas devam ser. As informações (formas, conhecimento, valores) não são eternamente invariáveis, mas são progressivamente melhoráveis: elas são modelos.

Para os escribas a teoria é uma leitura contemplativa de formas invariáveis. Ela se transformou agora em uma atividade: tem modelos que propõe a práxis e estes modelos são progressivamente melhoráveis por meio da práxis. Assim a teoria se encontra em uma dupla contradição: por um lado precisa ser colocada em observação – ela vê o que se passa na oficina; e por outro lado, ela se coloca diante do experimento – ela vê o que acontece na oficina quando os modelos propostos são empregados. Esta contradição entre a teoria e a observação por um lado e a teoria e o experimento por outro, conduzem à ciência moderna, à técnica moderna, à revolução industrial e ao mundo que atualmente vivemos.

Os teóricos que se instalam na frente da oficina e na indústria têm modelos

que servem para a práxis. Têm que propor formas para o tratamento dos objetos. O conjunto dos objetos pode ser chamado “natureza” de modo que se possa esperar dos teóricos antes de tudo uma ciência natural. Antes de tudo se estabelece que a natureza não é facilmente descritível, mas que ela é muito calculável; que os números são mais adequados para ela do que as letras; que o texto da natureza – se se quiser ver a natureza da tradução efetivamente como um texto – não parece estar escrito em letras, mas em números. Daí o fato dos teóricos (e mais tarde, em geral, os intelectuais) vão abandonar a escritura e leitura de letras em favor da escritura e leitura de números. E, portanto, enquanto a sociedade em sua totalidade lê cada vez mais letras, os intelectuais se concentram sobre números e se transformam, a partir disto (por assim dizer, por detrás) novamente em uma elite dominante em posse de um código secreto, por exemplo, o código digital. Ou dito de outra maneira: enquanto a sociedade em sua totalidade se torna cada vez mais consciente historicamente, a elite abandona este nível de consciência e começa a pensar formalmente.

Já no início do Renascimento (com Nicolau de Cusa) se distinguem as vantagens do pensamento matemático em comparação com o pensamento histórico. Mas a problemática deste pensamento se torna efetiva com Descartes. Podemos sintetizar brevemente da seguinte maneira: o pensamento de números é mais claro e distinto que o pensamento de letras, porque as letras se fundem umas com as outras, enquanto que o número se separa um do outro mediante um intervalo claro e distinto. Daí o fato de que a coisa que pensa (*res cogitans*) clara e distinta seja uma coisa aritmética. Diante disso, a natureza como contexto de objetos é uma coisa que se estende (*res extensa*) sem intervalos. Se eu coloco a coisa pensante na coisa extensa (*adaequatio intellectus ad rem*) corro o perigo de que a coisa extensa me escape pelos espaços da coisa pensante. Não obstante isto pode ser remediado: eu posso fichar cada ponto da coisa extensa com números. A geometria analítica é uma recodificação disciplinada da geometria em aritmética, que permite manejar e conhecer a natureza. Com tudo isso ficou estabelecido que os intervalos entre os números não podem ser eliminados: os pontos que não foram fechados escapam-se de todas as formas e não

chegam a ser concebidos. Daí que Newton e Leibniz tecem os intervalos (ou integram as diferenciais) mediante números de ordem mais elevada. Graças a estas equações diferenciais podem ser ligados agora, a princípio, todos os pontos do mundo, o que significa que todos os processos podem ser expressados em fórmulas. O pensamento histórico processual é submetido ao calculador formal, às custas de um código numérico que a sociedade em sua totalidade não pode ler e que por ele deve-se seguir cegamente como uma vez o fizeram os analfabetos com os textos dos literatti. Os números que se emanciparam das letras são ordenados em um código cada vez mais refinado e de regras que se aperfeiçoam constantemente, e estes códigos são ilegíveis para a sociedade.

No começo do nosso século tinha-se a impressão de que estávamos à beira da certeza e do domínio absoluto das ciências. Tudo podia ser formulado (reconhecido) por equações diferenciais e as equações podiam ser empregadas como modelos de trabalho (tudo era factível). Esta é a verdadeira razão para o otimismo cultural dos nossos pais. Não obstante, para empregar equações diferenciais elas devem codificar-se novamente (rückkodieren) a números básicos (a números “naturais”), deve-se numerá-las. O que, desde um ponto de vista teórico, obviamente, é possível. Mas comprovou-se que com equações complexas isso pode demorar muito (para além da vida humana) e em equações ainda mais complexas seria maior que a duração prevista do universo. Posto que a maioria das equações interessantes são muito complexas, comprovou-se que elas não possuem nenhuma utilidade na prática. Existem ainda problemas insolúveis. Essa é a razão verdadeira para nosso pessimismo cultural.

Com a finalidade de acelerar o cálculo das equações diferenciais foram inventados os computadores. Com eles, em efeito, se conseguiu atender uma série completa de problemas anteriormente insolúveis (com isso, a competência do fazer aumentou notavelmente). Mas os problemas fundamentais à frente são demasiados complexos para poderem ser resolvidos mediante a velocidade do computador. Por outro lado, em relação aos computadores produziram-se feitos completamente inesperados, de

cujo controle nos encontramos muito longe.

Em princípio mostrou-se que com a velocidade do cálculo alcançada com os computadores, todos os métodos de cálculo elegantemente elaborados no decorrer da Época Moderna ficaram superficiais. Basta que se opere de modo bem primitivo com dois números básicos (1 e 0). Basta “digitalizar”. O nível de consciência matemático-calculador tornou-se mecanizável e com ele transferível do homem para as máquinas. Daí em diante nós não temos nem que escrever, nem ler números, pois isto se transformou em uma atividade indigna humanamente falando. Pelo contrário, nossa tarefa é manipular a estrutura do universo numérico (programar as máquinas para o cálculo). Este passo atrás que vai desde o numerar e até a análise e a síntese de estruturas, abre um plano para o pensamento formal que é francamente vertiginoso. Um pensamento desse tipo tem que elaborar códigos para articular-se. Este código exige uma iniciação prolongada e os iniciados nele são uma elite social. Certamente podemos observar como as crianças ascendem ludicamente neste novo nível de consciência e se sentem fascinadas diante de seus computadores, ainda que, tenhamos a sensação que estas crianças são dirigidas por programas dos quais não fazem nenhuma idéia. O conceito de “caixa preta” (de um instrumento certamente útil em geral, mas não transparente) começa crescentemente a aumentar em significado.

Em segundo lugar, comprovou-se que os computadores não apenas calculam, mas surpreendentemente também computam. Eles desarmam os algoritmos não apenas em números (em bits em forma de pontos), mas reúnem também estes bits em figuras, por exemplo, em linhas, em superfícies (no futuro, também, em corpos e em corpos que se movem), mas também em tons. Estas figuras podem ser combinadas umas com as outras, por exemplo conformando corpos em movimento com cores e sons; mundos totalmente alternativos são computáveis a partir dos números. Estes mundos vivenciáveis (estéticos) devem sua possível fabricação ao pensamento formal matemático. Isso tem como consequência que, não apenas os teóricos científicos e seus técnicos que aplicam as suas teorias têm que aprender o código deste novo nível de

consciência, mas em geral todos os intelectuais (e sobretudo os artistas), se é que eles queiram fazer parte da empresa cultural do futuro. Quem não puder ler os novos códigos será um analfabeto, ao menos em um sentido radical como foram aqueles não iniciados na escrita no passado.

O decisivo para nosso tema nestas reflexões é que os novos códigos computacionais são “ideográficos”, portanto, eles quebraram o nexos entre o pensamento e a linguagem. A nova elite pensa em números, em formas, em côres, em tons, e cada vez menos em palavras. As regras de seu pensamento são matemáticas, cromáticas, musical, e cada vez menos “lógica”. É um pensamento cada vez menos discursivo e cada vez mais sintético, estrutural. Pelo abandono do alfabeto os números não apenas deixaram “atrás” o pensamento histórico, mas desenvolveram um conceito de tempo completamente não histórico (como se expressa matematicamente quiçá na segunda lei da termodinâmica). O pensamento histórico de causalidade é separado como um pensamento estadístico calculador. O pensamento elitista emancipou-se da estrutura discursiva da nossa linguagem e conhece, vivencia e valora o mundo e a si mesmo não mais como processos, mas como computadores, algo assim como sinuosidades de campos de relação. A leitura de letras será considerada no futuro como um sintoma de mentalidade atrasada, como por exemplo, o pensamento mítico-mágico na Época Moderna.

Nessa perspectiva, a situação atual poderia ser explicada da seguinte maneira: uma elite cuja tendência hermética é reforçada continuamente, projeta modelos de conhecimento, de vivência e de comportamento com ajuda das assim chamadas “inteligências artificiais”, as quais são programadas por esta elite, e a sociedade se guia por estes modelos ilegíveis para ela, mas aceitáveis. E dado que os modelos não são transparentes (“caixa preta”) para a sociedade, ela não é consciente de ser manipulada dessa maneira. No assim chamado “mundo desenvolvido” a sociedade é capaz de letras, de dispor de uma consciência histórica, mas esta é uma desvantagem para ela: ela tenta analisar sua própria situação segundo critérios históricos, entretanto, estes não são os

mais adequados para sua situação. Ao contrário, nos chamados países em desenvolvimento, a sociedade em geral, está recentemente tentando entrar na história (aprender a ler, aprender a manipular letras), e pela análise oferecida até agora isso seria cômico, se não fosse trágico. Dito brevemente, o falar de linguagens e a recodificação de linguagens às letras chegaram ao ponto de serem superficial (e inclusive contraprodutiva).

Com esta afirmação algo apocalíptica, a reflexão move-se para a consideração de nossas línguas e dos textos que elas manifestam. A afirmação apocalíptica diz que nós teríamos chegado à situação de abandonar nossas linguagens e literaturas (entendidas como conglomerados de letras), ou ao menos ser refém de um embrutecimento banalizante. Esta afirmação não é aceitável desse jeito, e certamente já não é porque nós com nossas línguas e nossas literaturas teríamos abandonado um dos mais preciosos bens que nos foram deixados por nossos antepassados. Por ele fica claro qual deve ser a função de uma Academia Alemã da Língua e da Poesia: cuidar e multiplicar este patrimônio do âmbito da língua alemã apesa da tendência geral.

O fato de terem sido sempre discutidas não é motivo suficiente para supor que no futuro também serão discutidas. Por exemplo, por muito tempo caçavam-se renas e esta moda já não existe mais. Além disso, este não seria argumento para um compromisso dessa academia: como se ela fosse equivalente a uma academia de escultores de ossos. Ao contrário, é justamente pelo fato do abandono da linguagem e da escrita alfabética, no âmbito do pensável, onde reside o argumento decisivo do compromisso para essa empresa acadêmica.

Todos temos aprendido uma linguagem na nossa infância (a assim chamada língua materna). Estamos preprogramados biologicamente para o falar, mas não para falar uma linguagem específica. Com a aprendizagem de uma língua incorpora-se sobre nosso condicionamento biológico, um cultural. Este é um processo ambivalente, pelo simples fato que nos retira de nosso significado biológico, mas também nos separa

de grande parte da humanidade que fala de modo diferente e, por certo, nos separa de um modo mais incisivo do que fazem todos os outros códigos culturais restantes (que o desenho, o cantar ou o calcular). Apesar desta violenta desvantagem do falar, sobre a qual nós deveríamos sermos sempre conscientes, a linguagem nos coloca em uma, para nós, incalculável corrente de informações adquiridas – de conhecimentos, vivências e valores, que têm sido adquiridos por inumeráveis gerações e que se confiaram à linguagem, e isto não só naquilo que a linguagem disse, mas também como ela expressa isso. Inclusive a estrutura de nossa linguagem é um armazém de uma experiência arcaica sempre renovadora. Se se observam as linguagens deste ponto de vista, então se reconhece nelas o triunfo da vontade humana, de querer outorgar-lhe um sentido ao mundo para a vida que ele contém.

Um pouco mais tarde (quicá no sexto ano de vida) aprendemos a ler e a escrever. Comprovou-se também que esta atividade, que aparentemente é totalmente cultural, esteja também, de algum modo, preprogramada no cérebro, talvez seja programada pela cultura. Trata-se nesta aprendizagem não apenas de fazer manifestar-se o falar, mas também de chegar a um olhar profundo nele. Com o ler e o escrever distanciamos-nos da linguagem: ela não é mais um meio, através do qual nós expressamos algo, mas que ela se converte em um objeto sobre o qual nós imprimimos letras. Esta distância da linguagem graças à qual ela se converte em um objeto, caracteriza o escrever.

O escrever é um gesto cheio de contradições. Por um lado, ele sente como a linguagem empurra desde o seu interior, reclamando para ser escrita. E por outro lado, recorre ele à linguagem dos outros: quem escreve não apenas se articula a si mesmo, mas também está em diálogo com os demais. O escritor tenta pressionar sobre as letras procurando corresponder com as regras da escrita da linguagem, que resiste a ele. A explicação para esta maliciosa resistência da linguagem frente ao escritor é o fato de que as letras e as regras da escrita da linguagem falada não se correspondem completamente. As letras não são signos para os sons falados espontaneamente, mas para os sons emitidos por convenção, e as regras da escrita não são as regras do falar,

mas que elas foram derivadas e aperfeiçoadas a partir destas regras. Não se escreve na linguagem falada, senão uma linguagem que tem sido “bem temperada” propriamente para este escrever. Com a luta da linguagem contra quem escreve se distorce a linguagem e se retorce, e entram nele, desde então, algumas invisíveis possibilidades linguísticas. A escrita realiza estas virtualidades latentes.

Neste ponto seria conveniente dizer umas palavras sobre o tema da “arte poética” (Dichtung). A “arte poética” é compreendida no sentido do conceito grego de “poesia”. Poesia (poiesis) refere-se à produção de algo novo. Não está ligada ao falar. Neste sentido as computações atuais são extraordinariamente poéticas: os mundos alternativos e computados podem ser vistos diretamente como exemplos de uma poiesis que nunca estiveram ali anteriormente; somente quando alguém se libera da linguagem pode fazer, efetivamente, a poesia neste sentido. A palavra “Dichtung” não é grega, mas latina: refere-se a dictum, o dito. “Dichtung” significa: algo que antes não havia sido dito, tornar dizível, levar a realidade efetiva à uma possibilidade lingüística. Com o escrever comprovou-se como muitas e inumeráveis possibilidades se encontram latentes nas linguagens e como os escritores podem realizar estas possibilidades; de maneira que o escritor é capaz de ampliar ilimitadamente o universo do dizível e nele, do reconhecível, vivenciável e valorável; quão criativo pode ser ele em todos os níveis da linguagem: desde o fonético e sintático, passando pelo rítmico e o semântico até o nível do discurso. A arte poética não é somente localizável nos textos chamados específicos, mas em toda literatura. O frenesi que pode contaminar o escritor caracteriza toda escritura consciente e presumivelmente, muito em particular, a escrita dos textos filosóficos e científicos. Se tivéssemos que abandonar a escrita de letras (e a ciência chegou quase a esse ponto), então este frenesi particular se perderia a favor de uma poesia computadorizada.

Com a leitura de textos somos convidados a fazer um duplo movimento: no primeiro termo, temos que seguir as linhas para, no ponto final, receber a informação dirigida até nós, depositar-la em nossa memória e ali processá-la. E então temos que recorrer no sentido contrário ao das linhas para captar a dinâmica por detrás da

informação (a intenção de quem escreve) e entrar com ela em um diálogo. Na atualidade é muito raro que se leia usando este método; o texto é executado apenas no topo. Esta é a razão do desespero de quem escreve e o argumento para o abandono do escrever e do ler. É uma consequência da inflação do texto. É digno de fazer notar que nem algoritmos, nem programas computacionais podem ser lidos do topo deste modo irresponsável.

Não obstante, continua havendo pessoas que eventualmente são capazes de ler corretamente os textos de letras. (Além disso, é uma das tarefas da academia exigir tal leitura). O primeiro movimento, percorrer as linhas até o ponto final e passa adiante até a reflexão mostra o caráter diacrônico linear do discurso de tais informações. A diferença dos algoritmos e das imagens não se trata de informações, que antes foram recebidas e logo devem ser analisadas para poder ser recebidas no final. A leitura de letras demanda um esforço maior que a leitura de ideogramas, é mais incômoda. Por esse motivo é impossível uma recepção não crítica das informações. O seguimento das linhas é uma ginástica crítica do pensamento. Sobre ele repousa o temor de um crítico cultural que com a leitura de letras se perca também nossa capacidade crítica.

O segundo movimento, no sentido contrário, é de longe muito mais esforçado e, por isso, atualmente ainda mais escasso que o primeiro. Se trata da tentativa de ir passando através do texto (e quiçá também entre as linhas) até o escritor, e passando através dele até o seu fundo. Uma grande série de disciplinas (como a filologia, a crítica dos textos, a psicologia, a sociologia) segue empenhada em configurar metodicamente esta segunda via de leitura. É importante notar que tais disciplinas não podem ser empregadas com informações computadorizadas, digamos, com imagens sintéticas de computador ou com programação de algoritmos. As que já são, em sua fabricação, informações que foram analisadas em profundidade, não tem sentido querer reanalisar-las. Uma análise psicológica da imagem de um computador é um mal entendido historicista. É a isso que se refere Wittgenstein com a afirmação de que é sem sentido perguntar pelo motivo do enunciado “um mais um é igual a dois”. Com o abandono da leitura de letras foi-se perdendo uma dimensão completa das chamadas

“análises fundamentais”. Diferentes dos textos alfabéticos os novos meios são totalmente superficiais (por inteiro, sem fundo), são facilmente captáveis, mas eles são opacos para aqueles que não possam ler seus códigos. Com isto introduzimos alguns argumentos em favor da preservação das letras. Mas são insuficientes; já que se poderia replicar a leitura das letras, que é um método absolutamente superado de fixação do que foi falado, em cuja tarefa o falar não se perde de nenhuma maneira, mas recentemente se separa corretamente. Os argumentos apresentados para a preservação das letras são, essencialmente, os argumentos para a recepção e multiplicação da linguagem e da poesia – como se as letras fossem o único método para eles (ou, pelo menos, o melhor). Mas isto não é correto, os discos e as gravações podem reter melhor as linguagens que as letras. As letras resguardam apenas alguns poucos parâmetros do falar e perdem muitos outros (como todos os parâmetros de voz), que os discos e gravações podem guardar fielmente como o literal. Além disso os suportes de memória audiovisual (como filmes ou vídeo-cassetes) não apenas podem guardar a linguagem dos habitantes, mas também seus gestos lingüísticos, que não são alheios ao significado do que foi dito.

Estes são fortes contra-argumentos, mas tampouco deve-se entregar a eles. De fato, das letras, tal como foram colocadas no teclado das máquinas de escrever (e também dos progressivos Word Processors), emana uma fascinação particular. As letras correspondem a um dos mais antigos culturemas que conservamos. Ainda se encontram ramificados nos últimos três a cinco séculos em alfabetos diferentes, e é possível discernir neles sua forma originária. O “A” mostra ainda os chifres do touro siríaco, o “B” mostra ainda as cúpulas das casas semíticas, o “C” (G) mostra ainda a corcova do camelo no deserto do Oriente próximo. No trato com as letras ainda nos encontramos ligados com a origem de nossa cultura, mesmo que estas letras apareçam na tela do computador. A perda da leitura de letras seria uma ruptura na tradição, cuja radicalidade não somos sequer capazes de conceber, nossa cultura seria transformada em outra (isto é, em uma iletrada). O contra-argumento diante do contra-argumento diz: pode ser que a leitura de letras tenha se tornado desnecessária para a consciência atual e que seja desnecessário assim mesmo para um pensamento lingüístico orientado em

oposição a esta nova consciência.

Mas isto afirma unicamente que, a leitura de letras se transformou em um luxo que só alguns podem dar-se (uma elite vindoura de literatti). E nós, os que estamos aqui reunidos, somos capazes de dar-nos esse luxo não porque sejamos “reacionários” que não aceitamos as novas técnicas, ao contrário: nós nos damos o luxo de ler letras, precisamente, porque as novas técnicas o torna desnecessário. As novas técnicas transformam a leitura de letra naquela atividade que era originalmente: uma empresa cômoda, contemplativa e elitista. Lemos letras não porque seja algo útil, mas ao contrário, para escaparmos do negócio utilitário. E isto é o que diz também originalmente a palavra “academia”: um lugar para a inspeção. Graças às novas técnicas a leitura literal começa novamente a academizar-se.

*\* O texto original em alemão é “Alphanumerische Gesellschaft”, datado em 1989, foi extraído do livro de Vilém Flusser, Medienkultur. Frankfurt 1997; Cap. III, 41-60. Frankfurt 1997; Cap. III, 41-60. A versão original em alemão foi traduzida para o espanhol pelo Prof. Dr. Breno Onetto, do Instituto de Filosofia e Estudos Educacionais da Universidade Austral do Chile .*